

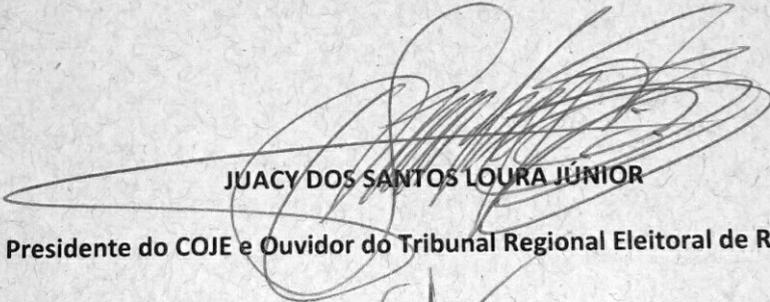


ATA DA VIII REUNIÃO DO COLÉGIO DE OUVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e quinze, às 9 horas, na cidade de Belém do Pará, reuniram-se em sessão pública, os membros do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Juacy dos Santos Loura Júnior, Ouvidor do TRE-RO, os Excelentíssimos Senhores Ouvidores, José Wilson Ferreira de Araújo, Ouvidor do TRE-PI; Eva do Amaral Coelho, Ouvidora TRE-PA; Cláudio Césare Braga Pereira, Ouvidor do TRE-BA; Eduardo José Moreira, Ouvidor do TRE-MA; Maurício Pinto Ferreira, Ouvidor do TRE-MG; Sylvio Pélico Porto Filho, Ouvidor do TRE-PB; Verlano de Queiroz Medeiros, Ouvidor do TRE-RN; Juacy dos Santos Loura Júnior, Ouvidor do TRE-RO; Fábio Lobato Garcia, Ouvidor do TRE-AP; Agenor Alexandre da Silva, Ouvidor do TRE-TO, Alberto Maya de Omena Calheiros, Ouvidor do TRE-AL, Jean Pierre Michetti, Ouvidor do TER-RR e Vilson Santana, Ouvidor do TRE-SC, para a solenidade de abertura da VIII Reunião do Colégio de Ouvidores. O Presidente do Colégio de Ouvidores e Ouvidor do TRE-RO, Juiz Juacy dos Santos Loura Júnior, Ouvidor abriu os trabalhos, cumprimentando a todos os presentes e antes de adentrar os temas da pauta registrou a ausência justificada do Ouvidor do TRE-AM, Juiz João Mauro Bessa. Em seguida, os membros do Colégio passaram ao estudo dos itens constantes da minuta da Carta de Belém, iniciando pela recomendação da utilização do Sistema Eletrônico de Informação – SEI. Antes de concluírem os debates, a Ouvidora do TRE-PA, Eva do Amaral Coelho registrou a presença da Desembargadora, Célia Ribeiro, Vice-Presidente do TRE-PA, que foi convidada para compor a mesa. Ato contínuo o Juiz Ouvidor do TRE-MG, Maurício Ferreira Pinto, alertou que o uso do SEI deve ser utilizado pelo tribunal como um todo e não somente na Ouvidoria, sendo que já está sendo utilizado pelo TSE e em breve deve ser padrão na Justiça Eleitoral. Assim, foi aprovado à unanimidade, o primeiro tópico da carta. Passando ao segundo ponto da carta, sobre a recomendação de realização de audiências públicas pelas ouvidorias, o Presidente relatou a experiência de Rondônia e exortou os colegas a realizarem audiências públicas. O Juiz Ouvidor do TRE-BA, Cláudio Césare Pereira, propôs uma alteração de redação: **“Recomendar que seja realizada pelas Ouvidorias Eleitorais, pelo menos uma audiência pública por ano, para informar a sociedade dos trabalhos e da importância da Ouvidoria, bem como dos demais serviços da Justiça Eleitoral”**, sendo aprovada pelo Colégio. A Ouvidora do TRE-PA relatou a experiência do Pará e exortou os colegas a realizarem experiências semelhantes. O Ouvidor do TRE-BA sugeriu uma recomendação de **“Estimular os Juizes Eleitorais a atuarem como Ouvidores em suas respectivas Zonas”**. O Juiz do TRE-MG sugeriu que por ocasião das eleições municipais os juizes aproveitem as reuniões com a sociedade para divulgar a Ouvidoria. O Ouvidor do TRE-BA levantou outra questão, quanto à peculiaridade da Justiça Eleitoral de não esperar ser provocada, mas de convocar o eleitor para comparecer, gerando assim, a necessidade do Juiz saber ouvir a sociedade. A Ouvidora do Pará registrou a presença do Desembargador Roberto Moura, membro do TRE-PA. Continuando, o Ouvidor do TRE-MG destacou que o eleitor que está usando o agendamento não enfrenta filas e relatou ainda que sempre que necessário, telefona pessoalmente para cada juiz das Zonas Eleitorais e comentou a experiência da Ouvidoria de MG na realização de audiências públicas em parcerias com as demais ouvidorias dos outros órgãos públicos de MG. A Ouvidora do Pará destacou a dificuldade da realização da biometria com a população rural do interior do estado e o aumento de demandas relativas ao recadastramento biométrico na Ouvidoria, com previsão de agravamento da situação nas eleições municipais de 2016. Sylvio Porto Filho, Ouvidor do TRE-PB usou a palavra para cumprimentar a todos e agradecer pelo trabalho dos assessores e

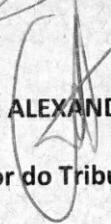
resumir a experiência da Ouvidoria do TRE-PB, como relação ao cadastramento biométrico, sobretudo com a dificuldade de motivar os juizes do interior para abraçarem a causa da biometria, sendo necessário que o Presidente do seu Regional tenha se reunido com os juizes para incentivá-lo, o que surtiu efeito positivo. O Presidente passou à análise dos próximos tópicos da minuta de carta, sobre os processos administrativos pendentes no TSE, relativos à estruturação e à regulamentação das Ouvidorias Eleitorais, destacando que o TSE já deu todos os sinais de não pretender a criação de sua própria Ouvidoria. O presidente ainda destacou que o COJE já oficiou o TSE solicitando a participação dos Ouvidores Regionais na elaboração da minuta de resolução, mas até o momento não houve resposta. Ato contínuo, o Ouvidor do TRE-MG ponderou que a Ministra Carmen Lúcia foi convidada a conhecer mais sobre a Ouvidoria, mas que ela não teve tempo em seu mandato à frente do TSE de criar a Ouvidoria Geral. Assim, ele ponderou que os Ouvidores têm que insistir e reivindicar junto aos ministros do TSE a criação da Ouvidoria no Tribunal Superior Eleitoral, considerando que existe uma boa chance da próxima gestão, do Ministro Gilmar Mendes, criar a Ouvidoria. A Desembargadora, Célia Ribeiro, agradeceu e pediu licença para se ausentar, pois teria sessão de julgamento para comparecer. Em seguida, o Ouvidor do TRE-BA ponderou que os Regionais têm condições de remodelar suas estruturas para trazer cargos e funções para as Ouvidorias. O ouvidor Alberto Maya do TRE-AL se alinhou a opinião do ouvidor baiano, destacando que não se deve esperar pelo TSE, mas sim se organizar em casa. O ouvidor do TRE-BA ponderou que se deixe claro que não está se propondo criação de cargos. Após os debates foram aprovadas as proposições sobre as tratativas junto ao TSE. Em seguida se debateu sobre a recomendação de que se comemore em cada Regional o Dia do Ouvidor, em 16 de março. O Juiz Ouvidor do TRE-MG incentivou que se façam audiências públicas no Dia do Ouvidor e a Ouvidora do TRE-PA relatou a sua experiência com a comemoração realizada no último dia 16/03/2015, voltada para a divulgação da Ouvidoria entre o público interno do TRE-PA e também na comemoração do dia do primeiro eleitor, em maio. Assim, foi aprovada a seguinte redação: **“Recomendar que cada Regional celebre o Dia do Ouvidor em 16 de março de cada ano (Lei 12.632/2012), a exemplo do evento realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará, com realização de ato comemorativo”**. Em seguida, foram aprovados os itens da carta que tratam sobre o estreitamento de laços institucionais entre os Colégios de Ouvidores, da recomendação de que os representantes das ouvidorias participem dos grupos de planejamento das eleições, bem como o item que trata da necessidade de maior divulgação das atividades das ouvidorias por meio das assessorias de comunicação social. Sobre o item da minuta de carta, que trata sobre a necessidade de participação das ouvidorias em atividades do Congresso Nacional, o Presidente destacou que é importante o trabalho político do Colégio de Ouvidores, sendo aprovada à unanimidade a proposição. Em seguida se debateu sobre a necessidade de constar em cada regimento interno as atribuições das respectivas ouvidorias, também sendo aprovada por unanimidade. Passando para o debate a respeito da falta justificada às sessões plenárias dos Ouvidores por ocasião de reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, sendo aprovada. O Presidente destacou ainda a candidatura do TRE-MS para sediar a próxima reunião do Colégio, com data provável de 13 a 15 de abril de 2016. Em seguida informou ainda que o TRE-RR se candidatou também, mas diante da candidatura do TRE-MS, adiou sua candidatura para o segundo semestre. Em seguida, o ouvidor do TRE-TO, Juiz Agenor Alexandre da Silva registrou a sua primeira participação no COJE e destacou que felizmente não enfrenta tantos problemas como a maioria dos demais colegas, pois a Ouvidoria do TRE-TO já consta com previsão regimental, com estrutura física e funcional adequada e que o pleno do TRE-TO modificou o calendário de sessões para permitir a participação do Ouvidor no Colégio. Destacou ainda que a Desembargadora Ângela Prudente, Presidente do TRE-TO é Ouvidora da Justiça Estadual, valorizando muito a função de Ouvidor e que a Ouvidoria do TRE-TO está localizada na entrada do edifício sede do Tribunal, sendo a primeira sala do prédio, demonstrando a importância que o TRE-TO dá para a sua Ouvidoria. Em seguida, o Ouvidor do TRE-AL, Alberto Maya, propôs a criação de uma comenda para homenagear os cidadãos que

contribuíram para o crescimento das Ouvidorias, propondo inclusive que seja a primeira homenageada, a Juíza Ouvidora do TRE-PA, Eva do Amaral Coelho, sendo a proposição aprovada à unanimidade, com aplausos. Ao final, foi realizada a eleição da nova comissão executiva do Colégio. Antes da votação, os membros debateram a cerca da possibilidade de reeleição, esclarecendo-se que o estatuto não veda a recondução, sendo aprovada por unanimidade a possibilidade de recondução. Em seguida, por aclamação, foram eleitos, **para a Presidência, o Juiz Juacy dos Santos Loura Júnior, Ouvidor do TRE-RO; para a Vice-Presidência, o Juiz Maurício Pinto Ferreira, Ouvidor do TRE-MG; para a 1ª Secretária, a juíza Telma Valéria Marcon, Ouvidora do TRE-MS; para a 2ª Secretária, o juiz Verlano de Queiroz Medeiros, Ouvidor do TRE-RN e para a 3ª Secretária, Vilson Santana, Ouvidor do TRE-SC.** Após a eleição, o Presidente agradeceu pela confiança dos pares, manifestando seu muito obrigado aos colegas, sendo cumprimentado pelos membros do Colégio. Ato contínuo, foi formada mesa de honra para os discursos de encerramento, se manifestando o Desembargador Roberto Moura, membro do TRE-PA, o Juiz Juacy dos Santos Loura Júnior, Presidente do COJE, agradecendo pela receptividade do TRE paraense e pelos e a Ouvidora do TRE-PA, Eva do Amaral Coelho, que também manifestou seus agradecimentos e felicitações a todos os presentes, em especial aos servidores do TRE-PA. Não havendo mais temas a tratar, o Presidente do Colégio de Ouvidores e Ouvidor do TRE-RO, Juiz Juacy dos Santos Loura Júnior declarou encerrada a VIII Reunião do Colégio dos Ouvidores da Justiça Eleitoral, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE BELÉM. A presente ata foi elaborada por mim, Eva do Amaral Coelho....., Secretária do COJE, que mandei digitar, rubricando nos fins de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada por todos os Ouvidores Eleitorais.



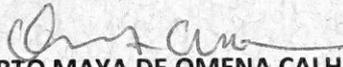
JUACY DOS SANTOS LOURA JÚNIOR

Presidente do COJE e Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia



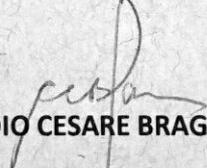
AGENOR ALEXANDRE DA SILVA

3º Secretário do COJE e Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins



ALBERTO MAYA DE OMENA CALHEIROS

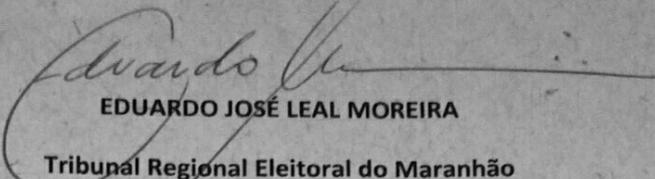
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

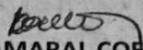


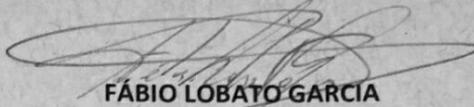
CLÁUDIO CESARE BRAGA TEIXEIRA

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia



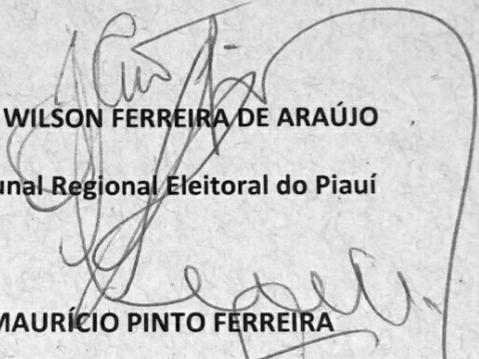

EDUARDO JOSÉ LEAL MOREIRA
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão


EVA DO AMARAL COELHO
Tribunal Regional Eleitoral do Pará

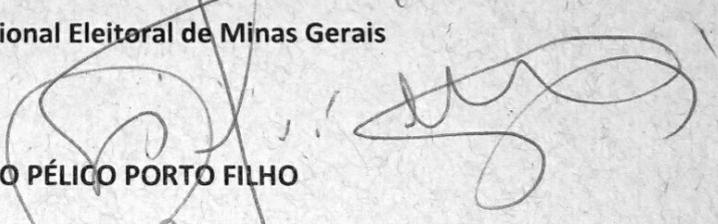

FÁBIO LOBATO GARCIA
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

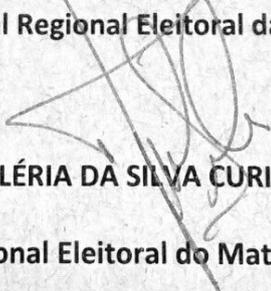

JEAN PIERRE MICHETTI
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

JOÃO MAURO BESSA
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas


JOSÉ WILSON FERREIRA DE ARAÚJO
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí


MAURÍCIO PINTO FERREIRA
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais


SYLVIO PÉLICO PORTO FILHO
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba


TELMA VALÉRIA DA SILVA CURIEL MARCON
Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul

VERLANO DE QUEIROZ MEDEIROS

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

VILSON FONTANA

2º Secretário do COJE e Ouvidor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

